

GERENCIAMENTO DE COLEÇÕES DE MUSEUS: O PROCEDIMENTO DE DOCUMENTAÇÃO NAS RECOMENDAÇÕES INTERNACIONAIS

Camila Aparecida da Silva¹

¹Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (PPGCI ECA USP), ORCID ID 0000-0003-3568-592X, camila.ap@usp.br

Resumo: O objetivo deste trabalho é analisar o desenvolvimento da sistematização da informação de coleções artísticas e de práticas documentárias profissionais nas instituições museológicas, parte da pesquisa de doutorado da autora, em andamento. Para isso, faz-se necessário um resgate histórico das primeiras associações de profissionais de museus, entre elas: a *Museums Association* criada em 1889 na Inglaterra; a *American Association of Museums* fundada em 1906 nos Estados Unidos, que em 2012 teve seu nome alterado para *American Alliance of Museums* e hoje conta com mais de 10 mil membros; o Conselho Internacional de Museus (ICOM) estabelecido em 1946, vinculado à Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e formado por aproximadamente 45.000 membros de 138 países; e a *Museum Documentation Association* criada em 1977 e localizada também na Inglaterra, associação que se transformou na *Collections Trust* em 2008. O gerenciamento de coleções de museus é formado por políticas de aquisição, de acesso, de conservação e de documentação. A sistematização da informação de objetos está relacionada diretamente à documentação. A partir de procedimentos de documentação padronizados, fundamentados em recomendações consolidadas e elaboradas por instituições internacionais, as informações sobre as coleções de museus podem ser adequadamente preservadas, recuperáveis e acessíveis. Beneficia-se desta padronização a instituição, ao manter maior controle das coleções sob sua responsabilidade, e os usuários, que poderão acessar as informações desejadas em registros baseados em modelos de estruturas de metadados. Nos anos 2000, nota-se uma expansão das associações de *registrars* (documentalistas) e *collection managers* (gestores de coleções) em diversos países tais como Holanda, Alemanha, Suíça e Áustria, postos cujas atribuições envolvem, entre outras, a catalogação de acervos. Essa expansão evidencia a importância do debate sobre documentação em museus em um nível global. Além disso, o Comitê Internacional para Documentação do ICOM deu início em 2019 a uma vertente do comitê voltada aos profissionais de países ibero-americanos a fim de estreitar colaborações entre profissionais falantes de espanhol e português. Com este trabalho, busca-se, portanto, depreender experiências e ferramentas que possam auxiliar os museus de arte brasileiros em suas funções de salvaguarda e extroversão. Os resultados apontam para a importância em criar e atualizar políticas de gestão de coleções de museus brasileiros, em nível institucional, e para a necessidade de adaptar recomendações de documentação internacionais para os contextos locais. Ressalta-se ainda potencial fortalecimento de parcerias com a comunidade internacional.

Palavras-chave: associações de museus; documentação em museus; gerenciamento de coleções de museus; museus de arte; representação da informação.

Abstract: This research aims to analyze the systematization development of art collections information and the professional documentary practices in museums, which is part of the in-process doctoral dissertation of the author. For this purpose, it is necessary to build a brief history of the first associations comprise by museum professionals. Among them are: the Museums Association established in 1889 in England; the American Association of Museums

launched in 1906 in the United States (in 2012 it was renamed as American Alliance of Museums) and composed by more than 10.000 members; the International Council of Museums (ICOM) established in 1946, it is associated with The United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (UNESCO) and has roughly 45.000 members from 138 countries; and, the Museum Documentation Association funded in 1977 and also localized in England (it became the Collections Trust in 2008). A collections management policy is composed by acquisition, access, conservation and documentation policies. Museum collections information systematization is directly related to documentation. As using documentation procedures standards based on consolidated guidelines produced by international institutions, collection information will be preserved, retrievable, and accessible. Consequently, museums will be benefited with wide control of their collections, as well as users that will be able to access desired information in record systems based on data structure standard. It is observed registrars and collection managers associations growth in countries such as Netherlands, Germany, Switzerland, and Austria in the 2000s. Those job positions have attributions such as collections cataloging. This expansion is evidence of the museum documentation reflection relevance at the global level. Besides that, the ICOM International Committee for Documentation has launched a group for professionals from Iberoamerican countries in 2019 in order to strengthen partnership with Portuguese and Spanish speaking professionals. Therefore, this study seeks to unravel experiences and recommendations that can contribute to art museums in Brazil in their safeguarded and dissemination roles. Findings have indicated the importance of elaborating and reviewing collections management policies in Brazilian museums at the internal level, the necessity in adapting international guidelines to local context, and the potential strengthening of collaborations with the international community.

Keywords: associations of museums; museum documentation; museum collection management; art museums; information representation.

INTRODUÇÃO

No âmbito da organização da informação de coleções de arte, o objetivo geral deste trabalho é depreender experiências e ferramentas que possam auxiliar os museus de arte brasileiros em suas funções de salvaguarda e extroversão, de modo a construir um quadro de referência. Para tanto, buscamos analisar o desenvolvimento da sistematização da informação de coleções artísticas e de práticas documentárias profissionais nas instituições museológicas, parte da pesquisa de doutorado da autora, em andamento.

As iniciativas e projetos para a documentação de coleções de museus estão vinculadas às primeiras associações de profissionais de museus, identificadas a partir da elaboração de um breve resgate histórico. Até onde se tem conhecimento, a primeira associação surgiu em 1889, na Inglaterra. Contudo, sabe-se que certa sistematização da informação sobre obras já ocorria em coleções particulares e coleções de príncipes, nas quais artistas, em alguns casos, eram responsáveis por criar listas que relacionassem e identificassem minimamente as obras

(TORRES, 2002; BUCK, 2010). As associações foram, em grande medida, as responsáveis pela produção de diretrizes hoje reconhecidas e atualizadas regularmente.

A construção de um quadro de referências de diretrizes, recomendações e ferramentas de documentação voltadas a coleções de arte é importante para que os museus brasileiros com bens culturais dessa natureza tenham um parâmetro para se guiar, uma vez que acreditamos que alguns deles não conhecem esses recursos metodológicos e/ou não os utilizam, entre outros motivos, pela dificuldade de ajustá-los às suas singulares condições. Soma-se o fato de que no Cadastro Nacional de Museus (CNM), realizado pelo Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM) em 2010, parte dos museus brasileiros com acervos de arte declararam não registrar suas coleções. Embora importante para conhecer as práticas de documentação empregadas pelos museus do Brasil, o questionário do CNM (IBRAM, 2010) se concentrou somente nos instrumentos de registro e não nos métodos de registro. Os instrumentos incluem uso de ficha catalográfica, software, fotografia e livro de tomo, ou seja, são suportes para os registros e não necessariamente foram baseados em metodologias.

Ademais, em geral, as diretrizes são extensas e demandam tempo para analisá-las antes de sua aplicação, o que nem sempre é possível dentro da rotina de documentalistas, seja daqueles que atuam em museus que apesar de possuírem um setor de catalogação se vêem sobrecarregados com a massa documental a ser tratada, seja daqueles profissionais que atuam em museus de pequeno porte, tendo que se desdobrar nas mais diversas funções demandadas pela dinâmica de um museu como atendimento, educativo, ação cultural, exposição e documentação.

ASSOCIAÇÕES DE PROFISSIONAIS DE MUSEUS: BREVE RESGATE HISTÓRICO

O resgate histórico conciso sobre o surgimento de associações de profissionais de museus permite ver em perspectiva e de modo panorâmico as principais ações voltadas à produção e ao estabelecimento de convenções a partir das quais a padronização da documentação é possível de ser atingida. Buscamos traçar paralelamente as ações e projetos no cenário nacional e internacional, concientes das distinções de seus contextos históricos.

No Quadro 1 é possível conferir as principais associações internacionais, formadas por profissionais de museus, e instituições internacionais, voltadas à elaboração de diretrizes e instrumentos para a documentação de coleções artísticas, levantadas nesse estudo.

Conforme consta nesse Quadro, a primeira associação formada por profissionais de museus que se tem conhecimento é a *Museums Association* criada em 1889, na Inglaterra, ainda

ativa. A *American Association of Museums* foi fundada em 1906 nos Estados Unidos e junto com ela “a primeira onda de padronização estava em andamento” naquele país, segundo Buck (2010, p.2, tradução nossa), pois já havia uma preocupação por parte de profissionais de museus em sistematizar o registro de objetos museológicos. Em 2012, essa associação teve seu nome alterado para *American Alliance of Museums* (AAM) e hoje conta com mais de 10.000 membros.

Quadro 1. Associações e instituições internacionais de profissionais de museus

(Fonte: *Elaboração própria*)

Nome da associação	Local	Criação
Museums Association	Inglaterra	1889
American Association of Museums	Estados Unidos	1906
Conselho Internacional de Museus (ICOM)	França*	1946
Comitê Internacional para Documentação (CIDOC)	França*	1950
Information Retrieval Group of the Museums Association (IRGMA)	Inglaterra	1967
Museum Computer Network (MCN)	Estados Unidos	1967
Canadian Heritage Information Network (CHIN)	Canadá	1972
Museum Documentation Association (MDA)	Inglaterra	1977
Getty Research Institute (GRI)	Estados Unidos	1982
Collections Trust	Inglaterra	2008
American Alliance of Museums (AAM)	Estados Unidos	2012

*Vinculado à UNESCO

O Conselho Internacional de Museus (ICOM), estabelecido em 1946 e vinculado à Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), é formado por aproximadamente 45.000 membros de 138 países. O Comitê Internacional para Documentação (CIDOC) do ICOM, voltado para o debate sobre documentação de acervos museológicos, é composto por aproximadamente 700 membros, a maioria europeus (CIDOC ICOM, 2018).

A Museum Documentation Association (MDA) teve origem no Information Retrieval Group of the Museums Association (IRGMA) em 1977, quando o grupo foi extinto. A associação e o grupo foram responsáveis, de acordo com Porter (1978), pela elaboração dos Cartões de Registro IRGMA/MDA direcionados para tipologias de acervo como Artes, História, Ciências

Naturais, entre outras. Esses cartões foram vendidos amplamente no Reino Unido e acompanhavam manuais de instruções.

Localizada também na Inglaterra, a MDA transformou-se na Collections Trust no ano de 2008, mantenedora da norma de gerenciamento de coleções nomeada *Standard Procedures for Collections Recording Used in Museums* (SPECTRUM). Essa norma foi lançada pela primeira vez em 1994. A SPECTRUM 4.0, publicada em março de 2011, foi traduzida para o português em 2014, assim como a norma produzida pelo CIDOC. Atualmente, a SPECTRUM encontra-se em sua 5ª versão, publicada em setembro de 2017. A Museum Computer Network (MCN), com o apoio, segundo Parry (2007), do Metropolitan Museum of Art e do Museum of Modern Art de Nova York (MoMA NY), foi inaugurada também em 1967, nos Estados Unidos, com o intuito de informatizar os registros de objetos museológicos. As conferências anuais dessa associação, que continua em atividade, promovem o uso de tecnologias digitais nas instituições museológicas (MCN, 2019).

A *Canadian Heritage Information Network* (CHIN) é uma agência do governo do Canadá subordinada ao Departamento do Patrimônio Canadense que teve como primeira ação a construção de um inventário nacional. Criada em 1972, ela tem como missão apoiar os museus oferecendo recursos para gestão de acervos com o objetivo maior de tornar as informações disponíveis ao público (CHIN, 2019a; CHIN, 2019b). Além disso, organizações como a CHIN e a MDA, mencionada anteriormente, deram o apoio necessário aos museus no uso de tecnologia, sobretudo com a utilização de computadores, quando esse instrumento era ainda uma novidade e um desafio a ser enfrentado pelas instituições a partir da década de 1960 (PARRY, 2007).

O *J. Paul Getty Trust* é um conglomerado estabelecido a partir da década de 1950 e formado atualmente pelo Museu, pela Fundação e pelos Institutos de Conservação e de Pesquisa. O *Getty Research Institute* (GRI), fundado em 1982, é responsável pelo desenvolvimento de instrumentos e pela elaboração de recomendações para o processamento da informação sobre obras de artes.

Entre as associações e instituições nacionais de profissionais de museus destacamos o Conselho Internacional de Museus no Brasil (ICOM Br) e o IBRAM. Com a influência do museólogo Mário Barata, o ICOM Br foi estabelecido em 1946 (NASCIMENTO JUNIOR; CHAGAS, 2007), sendo um agente importante para o fortalecimento de discussões do setor com os representantes localizados em outros países e com o órgão central, o ICOM, por meio de suas conferências gerais trienais.

O IBRAM, órgão federal, nasce em 2009 com objetivos de estimular e garantir a preservação e divulgação de acervos museológicos em instituições nacionais. Esse é, entre as instituições brasileiras, aquele que possui projetos específicos para a documentação em museus. O Estatuto de Museus – instituído em 14 de janeiro de 2009 pela Lei nº 11.904 – na Subseção IV denominada 'Dos Acervos dos Museus', artigo 39, determina que “é obrigação dos museus manter documentação sistematicamente atualizada sobre os bens culturais que integram seus acervos, na forma de registros e inventários” (BRASIL, 2009, não paginado).

Além de fomentar práticas documentárias sistematizadas a serem executadas internamente pelos museus, o IBRAM estabeleceu em 2014 a criação do inventário nacional, para ter um controle do patrimônio no território brasileiro. Com isso, os museus devem fornecer ao IBRAM informações sobre suas coleções, a partir de um grupo de campos descritivos, entre obrigatórios e opcionais. Outro projeto, dentro do programa Acervo em Rede, vem sendo desenvolvido desde 2012 com a finalidade de distribuir gratuitamente aos museus um sistema de gerenciamento de coleções. Inicialmente intitulado “Acervo”, um piloto do programa informatizado foi lançado em 2014 com base no sistema Donato, elaborado em 1992 pelo Museu Nacional de Belas Artes do Rio de Janeiro (MNBA RJ). Com algumas mudanças no projeto, em 2017 foi lançado o sistema “Tainacan” – em substituição ao “Acervo” –, em parceria com a Universidade Federal de Goiás (IBRAM, ca.2014). Não foram encontradas, nas demais associações e instituições nacionais do setor levantadas neste trabalho, outras ações e projetos de documentação substanciais e que tiveram continuidade, conforme pode ser visto no Quadro 2.

A título de conhecimento, o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) foi instituído em janeiro de 1937 pela Lei nº 378, artigo 46, “(...) com a finalidade de promover, em todo o País[sic] e de modo permanente, o tombamento, a conservação, o enriquecimento e o conhecimento do patrimônio histórico e artístico nacional” (BRASIL, 1937, não paginado). Em 1970, o SPHAN é renomeado como Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), conforme aponta Rezende et al. (2015).

Uma das principais contribuições feitas pela Associação Brasileira de Museologia relaciona-se à regulamentação do museólogo como profissão em 1984. E o Sistema Nacional de Museus (SNM) nasce em 1986 com o propósito de auxiliar museus na busca por recursos financeiros em seus projetos (MinC/IPHAN/DEMU, 2006).

Quadro 2. Associações e instituições nacionais de profissionais de museus

Fonte: Elaboração própria

Nome da associação	Criação
Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN)	1937
Conselho Internacional de Museus no Brasil (ICOM Br)	1946
Associação Brasileira de Museologia	1963
Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)	1970
Sistema Nacional de Museus (SNM)	1986
Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM)	2009

Entre os autores de manuais brasileiros com recomendações para a documentação em museus estão Gustavo Barroso (1946), Regina Real (1958) e Camargo-Moro (1986), bem como Helena Dodd Ferrez e Maria Helena Bianchini (1987) que elaboraram um tesouro para coleções de museus. Da década de 1990 em diante praticamente não se vê no país a realização de propostas concretas e atualizadas, em termos de seleção de critérios e princípios, que orientem os museus com coleções de arte em suas atividades de registro.

A tentativa de montar um quadro de referência com recursos metodológicos para a documentação de acervos museológicos de arte é importante para que se possa compreender o estado da arte da área e para que a comunidade brasileira tenha conhecimento da diversidade de princípios, recomendações e instrumentos elaborados internacionalmente, tal como preconizam Quigley e Sully (2010).

É útil familiarizar-se com os esforços atuais da comunidade de museus para criar padrões de dados. Muito trabalho já foi feito para definir as categorias de informações, que se combinam para formar um registro, e os padrões de terminologia a serem usados nessas categorias. Use esses esforços para guiar o desenvolvimento de padrões no museu e para evitar repetir o trabalho que outros já fizeram (QUIGLEY; SULLY, 2010, p.173, tradução nossa).

O estudo das principais diretrizes permitirá a sua aplicação pelas instituições do país, de modo que as convenções estejam ajustadas às necessidades locais. Nesse sentido, o Quadro 3 destaca, em instituições e associações, os projetos brasileiros de maior impacto e relevância nos períodos em que foram criados, bem como projetos e recomendações internacionais que são considerados, neste trabalho, como os mais significantes para a elaboração de uma proposta de esquema de metadados para os museus de arte no Brasil, a saber: as categorias de informação do CIDOC ICOM (2014), o procedimento de catalogação da SPECTRUM (COLLECTIONS

TRUST, 2014) e as *Categories for the Description of Works of Art* (CDWA) do Getty Research Institute (2019).

A “Declaração de princípios de documentação em museus” do CIDOC, publicada originalmente em 2012 e traduzida para o português em 2014, está em consonância com o “Código de Ética” do ICOM. Esse foi aprovado em 1986 na Argentina durante a conferência trienal do ICOM e atualizada em 2001 quando da conferência na Espanha e em 2004 durante a conferência na Coreia (ICOM, 2017). Os princípios de documentação do CIDOC fornecem orientações gerais para o estabelecimento profissional de documentação em museus de todas as tipologias, o que inclui recomendações para a construção de uma política de documentação, a contratação de pessoal, a implantação de um sistema de documentação, a adoção de padrões de dados (como esquemas de metadados, vocabulário controlado e regras de catalogação), os serviços de informação aos usuários e o processamento de informações sobre os objetos incorporados em um acervo (CIDOC ICOM, 2014). Por sua vez, vocabulários controlados, tais como o *Art and Architecture Thesaurus* (AAT), o *Thesaurus of Geographic Names* (TGN), a *Union List of Artist Names* (ULAN) e a *Cultural Objects Name Authority* (CONA) do Getty, são exemplos de padrões de valor de dados úteis para o preenchimento dos elementos de um esquema de metadados (GILLILAND, 2008).

Quadro 3. Recomendações e projetos para documentação em museus

Fonte: Elaboração própria

	Associação/ Instituição	Recomendação/ Projeto	Criação
Internacionais	Getty Research Institute (GRI)	- Vocabulários controlados (AAT, TGN, ULAN, CONA) - CDWA	1983 – atualmente ca.1996
	Collections Trust	- SPECTRUM	1994
	CIDOC ICOM	- Categorias de informação - Princípios de documentação	1995 2012
Nacionais	Museu Nacional de Belas Artes do Rio de Janeiro (MNBA RJ)	- DONATO - Manual de catalogação	1992 1995
	IBRAM	- Estatuto de museus - Inventário nacional - Sistema Acervo - Sistema Tainacan	2009 2014 2014 2017

GERENCIAMENTO DE COLEÇÕES MUSEOLÓGICAS E OS MODELOS DE ESTRUTURA DE DADOS

O gerenciamento de coleções museológicas está diretamente vinculado à definição e implantação de uma política que oriente os procedimentos e processos a serem planejados e executados pela equipe de um museu. Os procedimentos fornecem o passo a passo para implementar as políticas e indicam modos específicos de realizar uma atividade; por processos entende-se um conjunto de atividades inter-relacionadas (COLLECTIONS TRUST, 2014), incluindo os metadados para registro de informações.

Uma política de gestão, em harmonia com a missão e os objetivos da instituição, é um documento norteador para as atividades cotidianas do museu e, segundo Simmons (2010), pode indicar o compromisso do museu com práticas e padrões profissionais. Para a criação de uma política institucional para o gerenciamento de coleções é necessário o estabelecimento de quatro tipos de política: a de desenvolvimento de coleções (aquisição e alienação), a política de acesso, a política de informações sobre coleções (documentação) e a política de conservação e preservação (COLLECTIONS TRUST, 2014).

A documentação é uma etapa do gerenciamento de coleções museológicas e envolve, entre outros aspectos, o registro de informações que servem para identificar e representar um bem cultural (presente objeto de estudo), assim como o registro de atividades para fins administrativos.

Os modelos de estrutura de dados fornecem metadados relacionados entre si que possibilitam a descrição de um objeto museológico. A diretriz CDWA do Getty Research Institute conta com um conjunto formado por mais de 500 elementos voltados especificamente para obras de arte, como “Title Text” [Texto do título] pertencente ao grupo “Titles or Names” [Títulos ou Nomes], “Creation Date” [Data de criação], que integra o grupo “Creation” [Criação], e “Materials/Techniques Description” [Descrição de materiais/técnicas] inserido no grupo “Materials/Techniques” [Materiais/Técnicas].

A diretriz do CIDOC ICOM possui mais de 70 categorias de informação, tais como “Título”, “Data de produção” e “Material”, distribuídas em 22 grupos de informação, entre os quais encontram-se o “Grupo de informação sobre Título do objeto”, o “Grupo de informação sobre Produção do objeto” e o “Grupo de informação sobre Material e Técnica”, aos quais as categorias mencionadas estão subordinadas, respectivamente.

A SPECTRUM, diferentemente das duas normas apresentadas, engloba procedimentos para a gestão de coleções. Para que um museu obtenha a acreditação da Collections Trust, atestando

que segue suas recomendações, é necessário que implante 8 procedimentos da norma SPECTRUM, sendo eles: procedimento de Controle de movimentação e localização, procedimento de Catalogação, procedimento de Saída do objeto e procedimento de Documentação retrospectiva (todos esses vinculados à Política de Documentação); procedimento de Entrada de objeto e procedimento de Aquisição (inseridos na Política de Aquisição); e os procedimentos de Empréstimo – entrada e de Empréstimo – Saída (que integram a Política de Acesso).

Para cada procedimento a norma fornece um conjunto de metadados a ser incorporado pelos museus. Para a representação descritiva de objetos, a norma conta com o procedimento de Catalogação, estabelecida como essencial para a acreditação, conforme visto. Esse procedimento pode envolver mais de 200 campos, entre eles, “Título do objeto” do “Grupo de Informação de identificação do objeto”, “Produção do objeto – data” do “Grupo de Informação sobre a produção do objeto” e “Material” do “Grupo de Informação da descrição do objeto”.

Observe que foram escolhidos exemplos de metadados semelhantes nas três normas que são nomeados de modo diverso e participam de grupos distintos em cada diretriz. Essa é uma das razões para uma análise aprofundada de metadados considerados essenciais para a descrição de obras de arte em um nível básico, ou seja, identificadas as diretrizes atualizadas para a documentação de objetos museológicos, deve-se partir para a reflexão de seus elementos e, mais importante, para o exame dos conceitos que estão por trás deles para chegar a um produto documentário consistente e homogêneo, a partir de normas reconhecidas, e adaptado ao perfil dos museus brasileiros que possuem coleções da tipologia Artes Visuais. Contudo, Baca, Coburn e Hubbard (2008) alertam que

Provavelmente, nenhum esquema de metadados ou vocabulário controlado atenderá a todas as necessidades de qualquer instituição. No futuro próximo, é provável que todas as instituições sejam obrigadas a reunir suas próprias estratégias de metadados e de catalogação a partir das opções disponíveis, nem todas listadas aqui e que possam ser úteis em uma situação específica, com base nos recursos e necessidades da instituição. No entanto, tem ficado claro que os metadados administrativos, técnicos, de preservação e descritivos baseados em padrões e cuidadosamente elaborados são uma parte crucial de qualquer estratégia que visa criar conjuntos de informações interoperáveis, coerentes, inteligíveis e de longa duração (BACA; COBURN; HUBBARD, 2008, p. 126, tradução nossa).

Ainda assim, nota-se a existência de casos em que boas práticas de documentação são colocadas de lado em favor dos trabalhos de curadoria e de levantamento de verba para projetos, o que evidencia que o problema de desvalorização do trabalho com a documentação persiste (JANZEN, 2010). Com isso em mente, concordamos com DeAngelis (2010) ao afirmar que

mais do que encorajar o estabelecimento de diretrizes é preciso defender claramente o seu uso e manutenção.

Quadro 4. Associações de registrars e collection managers

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do UK Registrars Group (2019) e da Registrarte (2019)

Associação	País	Criação
Registrars Committee of the American Association of Museums	Estados Unidos	1977
United Kingdom Registrars Group (UKRG)	Reino Unido	1979
Australasian Registrars Committee (ARC)	Austrália e Nova Zelândia	1990
Association Française des Régisseurs d'oeuvres d'art (AFROA)	França	1997
<i>Nordic Registrar Group</i> (Rede de documentalistas de museus da Dinamarca, Finlândia, Noruega e Suécia)	Países nórdicos	1998
Registrarte, l'Associazione Italiana dei Registrar di Opere d'Arte	Itália	2000
Hungarian Registrars Group	Hungria	2003
Nederlandse Registrars Groep (NRG)	Holanda	2004
Registrars Deutschland	Alemanha	2004
Asociación de Registros de Museos e Instituciones Culturales Españolas (ARMICE)	Espanha	2006
Swiss Registrars	Suíça	2007
New Zealand Registrars Network (NZRN)	Nova Zelândia	2007
Association of Registrars and Collection Specialists (ARCS)	Estados Unidos	2012
Austrian Registrars Committee (ARC)	Áustria	2013

Durante a elaboração deste trabalho, observamos que alguns temas e aspectos na literatura merecem atenção, tanto para pesquisadores que pretendem se aprofundar no assunto como para profissionais de museus que buscam recursos que os auxiliem em suas atividades de documentação. Em primeiro lugar, a distinção entre normas para o gerenciamento de coleções e normas para a descrição de objetos museológicos deve estar nítida para aqueles que delas farão uso, assim como a diferenciação entre políticas públicas para coleções, que podem influenciar as decisões das instituições, e políticas institucionais para coleções, que

obrigatoriamente devem fazer parte da rotina de um museu, sendo de essencial importância sua construção e aplicação.

Normas, recomendações, diretrizes, princípios, convenções e standards podem, em alguns momentos, mostrar-se como sinônimos nos materiais bibliográficos. E, por fim, a compreensão das atribuições do documentalista de museu – também conhecido como registrar ou collection manager – pelos outros departamentos do museu e pelos níveis administrativos pode facilitar a colaboração e o apoio de projetos direcionados ao tratamento, acesso e recuperação da informação sobre as coleções.

Ao *registrar* cabe as funções, segundo Buck (2010), de auxiliar no empréstimos de obras e na gestão de informações e coleções. Na gestão de informações ele é responsável por criar e manter históricos de exposição, de uso, de localização, entre outros; organizar projetos de inventários e de preservação digital; e fornecer informações das coleções para outros departamentos e pesquisadores. Na gestão do acervo ele participa da implementação de políticas de coleções e monitora a movimentação das obras, como transporte e embalagem. Destacamos que assim como as associações de profissionais de museus compostas pelos mais variados cargos do setor, grupos específicos de documentalistas têm se unido para formar suas próprias associações, a exemplo daqueles que surgiram mais recentemente na Nova Zelândia, nos Estados Unidos e na Europa (ver Quadro 4).

CONCLUSÕES

O levantamento das recomendações voltadas à organização da informação de coleções de arte, particularmente direcionadas à descrição dos objetos, para auxiliar os museus brasileiros em suas práticas documentárias, culminou em padrões de estrutura de dados CDWA, SPECTRUM e naquele desenvolvido pelo CIDOC ICOM, reconhecidos internacionalmente e atualizados periodicamente. A elaboração desse quadro de referências de diretrizes e recomendações possibilitará a construção de uma proposta de esquema de metadados adaptado aos museus brasileiros. Ressalta-se, porém, que foi feito um recorte para o domínio de Artes Visuais, mas que o universo dos modelos de dados não se limita a essas diretrizes.

As considerações deste estudo apontam para a importância de criar e revisar políticas de gestão de coleções dos museus brasileiros, em nível institucional, e para a necessidade de adaptar recomendações de documentação internacionais para o contexto local, especificamente os esquemas de metadados utilizados para identificar e descrever obras de arte. As políticas de documentação institucionais precisam estar alinhadas às políticas de coleções dos museus,

prever a seleção de metadados para a descrição de informações sobre os objetos e ser revisadas e atualizadas periodicamente.

Reforça-se ainda o potencial fortalecimento de parcerias com a comunidade internacional, com colaborações entre instituições e entre profissionais, importantes para o desenvolvimento e aprimoramento de recomendações para o registro de acervos e evidenciadas pela expansão das associações de documentalistas e gestores de coleções nos anos 2000, bem como a inserção de profissionais e instituições brasileiras em associações como a AAM (LATINO NETWORK AAM, 2017), que buscam criar ambientes que favoreçam o estreitamento de laços entre a comunidade latino-americana. Nesse sentido, a iniciativa mais recente foi feita pelo Comitê de documentação do ICOM, que deu início à estruturação do grupo CIDOC Ibero-americano em 2019 (ALVAREZ et al., 2019).

REFERÊNCIAS

- ALVAREZ, A. et al. CIDOC Iberoamericano. In: CIDOC ICOM. 2018 Newsletter, 2019, p.10-13. Disponível em: http://network.icom.museum/fileadmin/user_upload/minisites/cidoc/Newsletter/CIDOC_Newletter_2018_FINAL2.pdf. Acesso em: 11 set. 2019.
- BACA, M.; COBURN, E.; HUBBARD, S. Metadata and museum information. In: MARTY, P.; JONES, K. B (ed.). **Museum informatics: people, information, and technology in museums**. New York/ London: Routledge/ Taylor & Francis Group, 2008, p.107-127.
- BARROSO, G. **Introdução à técnica de museus**. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 1946.
- BRASIL. Lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937. Dá nova organização ao Ministério da Educação e Saúde Pública. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 15 jan. 1937. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1930-1949/L0378.htm. Acesso em: 9 dez. 2019. Não paginado.
- _____. Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009. Institui o Estatuto de Museus e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 15 jan. 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11904.htm. Acesso em: 9 dez. 2019. Não paginado.

BUCK, R. History of registration. In: BUCK, R.; GILMORE, J. A (ed.). **Museum Registration Methods**. 5th Edition. Washington DC: American Association of Museums/The AAM Press, 2010, p.2-11.

CAMARGO-MORO, F. **Museus: aquisição/documentação – tecnologias apropriadas para a preservação dos bens culturais**. Rio de Janeiro: Livraria Eça, 1986.

CHIN. **Canadian Heritage Information Network**. Canada: CHIN, 2019a. Disponível em: <https://www.canada.ca/en/heritage-information-network.html>. Acesso em: 8 dez. 2019.

_____. **History of the Canadian Heritage Information Network**. Canada: CHIN, 2019b. Disponível em: <https://www.canada.ca/en/heritage-information-network/corporate/history.html>. Acesso em: 8 dez. 2019.

CIDOC ICOM. **Declaração de princípios de documentação em museus e Diretrizes internacionais de informação sobre objetos: categorias de informação do CIDOC**. São Paulo: Secretaria de Estado de Cultura de São Paulo; Associação de Amigos do Museu do Café; Pinacoteca do Estado de São Paulo, 2014. (Gestão e documentação de acervos). Tradução das obras “Statement of principles of museum documentation” e “International Guidelines for museum object information: the CIDOC information categories”.

_____. Annual General Assembly 2018. (**Minute**). Heraklion: CIDOC, 2018. Disponível em: http://network.icom.museum/fileadmin/user_upload/minisites/cidoc/PDF/CIDOC_AGM_minutes_2018_ENG.pdf. Acesso em: 11 set. 2019.

COLLECTIONS TRUST. **SPECTRUM 4.0: o padrão para gestão de coleções de museus do Reino Unido**. São Paulo: Secretaria de Estado de Cultura; Associação de Amigos do Museu do Café; Pinacoteca do Estado de São Paulo, 2014. (Gestão e documentação de acervos). Tradução da obra “SPECTRUM 4.0: the UK Collections Management Standard”.

DEANGELIS, I. P. Collections ethics. In: BUCK, R.; GILMORE, J. A (ed.). **Museum Registration Methods**. 5th Edition. Washington DC: American Association of Museums/The AAM Press, 2010, p.399-407.

FERREZ, H. D; BIANCHINI, M. H. S. **Thesaurus para acervos museológicos**. Rio de Janeiro: Fundação Nacional Pró-Memória, Coordenadoria Geral de Acervos Museológicos, 1987.

GETTY RESEARCH INSTITUTE. **Categories for the Description of Works of Art**. Los Angeles: Getty Research Institute, 2019. Revised 28 February 2019. M. Baca e P. Harpring (Ed.). Disponível em:

http://www.getty.edu/research/publications/electronic_publications/cdwa/index.html. Acesso em: 20 maio 2019.

GILLILAND, A. J. Setting the stage. In: BACA, M. (ed.). **Introduction to metadata**. 2.ed. Los Angeles: Getty Research Institute, 2008, p.1-19.

IBRAM. **Cadastro Nacional de Museus**, Brasília: IBRAM, 2010. Dados fornecidos pelo IBRAM em 24 ago.2018 via Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão, conforme Lei de Acesso à Informação (LAI), Brasil. Lei nº 12.527/2011.

_____. **Acervo em rede**. Brasília: IBRAM, [ca. 2014]. Disponível em:<http://www.museus.gov.br/acessoainformacao/acoes-e-programas/cursos-eventos/acervo-em-rede/>. Acesso em: 12 nov. 2019.

ICOM. **Code of ethics for museums**. Paris: International Council of Museums, 2017. Disponível em: <https://icom.museum/wp-content/uploads/2018/07/ICOM-code-En-web.pdf>. Acesso em: 11 dez. 2019.

JANZEN, M. The administrative placement of registration and collections care in museums. In: BUCK, R.; GILMORE, J. A (ed.). **Museum Registration Methods**. 5th Edition. Washington DC: American Association of Museums/The AAM Press, 2010, p.14.

LATINO NETWORK AAM. **2016-2017 Summary of activities and 2017-2018 Priorities and goals**. Arlington, VA: Latino Network of the American Alliance of Museums, 2017. Disponível em: <https://www.aam-us.org/wp-content/uploads/2017/11/latino-network-2016-2017-annual-report.pdf>. Acesso em: 1 out. 2019.

MCN. **History**. New York: MCN, 2019. Disponível em: <http://mcn.edu/about/history/>. Acesso em: 8 dez. 2019.

MINISTÉRIO DA CULTURA, INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, DEPARTAMENTO DE MUSEUS E CENTROS CULTURAIS (MinC/IPHAN/DEMU). **Política nacional de museus: relatório de gestão 2003-2006**. Brasília: MinC/IPHAN/DEMU, 2006.

NASCIMENTO JUNIOR, J.; CHAGAS, M. S (org. e textos). Veredas e construções de uma política nacional de museus. In: BRASIL. Ministério da Cultura. **Política nacional de museus**. Brasília: MinC, 2007, p. 13-38. Disponível em: https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2010/01/politica_nacional_museus.pdf. Acesso em: 24 set. 2019.

PARRY, R. **Recoding the Museum: Digital Heritage and the Technologies of Change (Museum Meanings)**. Abingon, Oxon: Taylor and Francis/ Routledge, 2007.

PORTER, M. F. Establishing a museum documentation system in the United Kingdom. **Museum International**, Museums and Computers, v. 30, n. 3-4, p. 169–178, 1978.

QUIGLEY, S.; SULLY, P. Computerized systems. Updated and expanded by Perian Sully. In: BUCK, R.; GILMORE, J. A (ed.). **Museum Registration Methods**. 5th Edition. Washington DC: American Association of Museums/The AAM Press, 2010, p.161-183.

REAL, R. M. **O museu ideal**. Belo Horizonte: Tipografia da Faculdade de Direito da Universidade de Minas Gerais e do Centro Regional de Pesquisas Educacionais, 1958.

REGISTRARTE. **Risorse/Link**. Roma: RegistrarTE, Associazione Italiana Registrar di Opere d'Arte, 2019. Disponível em: <http://www.registrarte.org/p/index.php?page=link>. Acesso em: 12 dez. 2019.

REZENDE, M. B. et al. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN. In: _____. (Orgs.). **Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural**. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2015. (verbete). ISBN 978-85-7334-279-6. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/dicionarioPatrimonioCultural/detalhes/55/instituto-do-patrimonio-historico-e-artistico-nacional-iphan-1970-1979-e-1994>. Acesso em: 7 dez.2019.

SIMMONS, J. E. Collections management policies. In: BUCK, R.; GILMORE, J. A (ed.). **Museum Registration Methods**. 5th Edition. Washington DC: American Association of Museums/The AAM Press, 2010, p.23-29.

TORRES, M. T. M. **Historia de la documentación museológica: la gestión de la memoria artística**. Gijón: Trea, 2002.

UK REGISTRARS GROUP. **Resources/Links**. United Kingdom: UK Registrars Group 2019. Disponível em: <https://www.ukregistrarsgroup.org/resources/links/>. Acesso em: 12 dez. 2019.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.